

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Abrantes – Ata nº 05/2021

Data – 09-03-2021

Ínicio – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, em formato online

Termo – 11.12 horas

Presenças:

Presidente Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis

Vereadores João Carlos Caseiro Gomes

Celeste Maria Ferreira Riachos Simão

Luís Filipe Correia Dias

Ana Paula Teixeira Grijó Correia Pires

Rui Manuel Duarte Batista dos Santos

Armindo Rodrigues Silveira

A Assistente Técnica – Ana Paula Aires Marques

■■

Resumo Diário da Tesouraria de 08-03-2021:

a) Dotações Orçamentais.....	11.916.365,17€
b) Dotações não Orçamentais.....	45.716,18€

Total das Disponibilidades	11.962.081,35€
----------------------------------	----------------

■■■

O Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos, não tendo sido registada qualquer manifestação de interesse por parte do público em intervir na reunião.

■■■

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(artigo 52º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

O Presidente da Câmara começou por felicitar todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher e desejar que todas as mulheres se afirmem naturalmente e isso tem vindo a acontecer. Infelizmente em algumas zonas do nosso globo as coisas não são bem assim, mas espera que as mulheres abrantinas tenham tido um dia muito feliz.

Tomado conhecimento.

■■

Deu conta da situação epidemiológica da infecção dos Sars-Cov-2 no concelho de Abrantes, no dia 8 de março de 2021, o número total de casos de infecção é de 1548, com o número de casos curados 398, número de casos ativos 82, número de casos acumulados de infecção nos últimos 14 dias são 9 casos, e número de casos por 100 mil habitantes são 26, o que demonstra que atualmente o concelho de Abrantes, encontra-se numa situação perfeitamente tranquila. Deseja que este número possa descer, para que a situação possa estar ainda mais controlada, e o processo de desconfinamento aconteça rapidamente, dado que as pessoas já começam a estar num estado de ansiedade enorme e este número em Abrantes e no Médio Tejo, são reveladores de que pode haver otimismo relativamente aos próximos tempos.

Tomado conhecimento.

■■

Relativamente aos dados da vacinação, deu conta que desde o início da vacinação e até dia 6 de março, já foram vacinadas com a 1ª dose, 1314 pessoas. Houve 2 dias em que o grupo etário foi entre os 50-65 anos com a vacina Astrazeneca e os restantes dias, com o grupo etário 80+ com a vacina Pfizer.

Foram efetuados 46 transportes, incluindo os transportes feitos pelas Juntas, Cruz Vermelha Portuguesa e Bombeiros.

As entidades envolvidas são

- Saúde
- CMA
- Juntas de Freguesia
- Bombeiros
- Cruz Vermelha

Agradeceu a todas as entidades envolvidas, que de forma incansável estão a tentar responder a todas as necessidades.

Referiu que esta semana estão à espera de ver qual o número de vacinas que vão ser disponibilizadas para o nosso concelho e em função disso, reagirão ao processo de vacinação. Disse que é esperável que na próxima quinta-feira, sexta-feira e sábado, possam mais uma vez estar no processo de vacinação, a exemplo do que aconteceu na semana transata.

Tomado conhecimento.



O Presidente da Câmara deu conta que fora do contexto da pandemia, deram início aos trabalhos para recuperação da linha de água em Rio de Moinhos, desde a localidade de Aldeia do Mato até ao rio Tejo, numa extensão de cerca de 12 Km. Está a ser realizado um levantamento topográfico e em fase de arranque do projeto, que deseja que nos próximos o mesmo esteja concluído.

Tomado conhecimento.



Deu igualmente conta que definiram os meses de abril e maio de 2021, para voltarem a fazer isenção das tarifas da água dos resíduos sólidos urbanos e do saneamento, ao comércio tradicional, à restauração, às empresas que pararam, bem como, conceder esse apoio às IPSS's e associações.

Referiu que não o fazem aos meses passados, porque implicaria do ponto de vista logístico uma grande complexidade e também porque se iria apanhar meses em que muitas destas estruturas estão fechadas.

Disse que tem a esperança que nos próximos dias muitas das dinâmicas económicas possam reabrir e entende que é também uma forma de estimular a dinâmica do concelho.

Tomado conhecimento.



Relativamente às questões do PRR, informou que a autarquia enviou os seus contributos, assim como a Comunidade Intermunicipal. Tentaram ajustar o que era o entendimento municipal mais circunscrito ao concelho de Abrantes e também estiveram intrinsecamente ligados à questão dos contributos no âmbito da CIMT.

No que diz respeito à Câmara Municipal, entre outras coisas, pronunciaram-se sobre:

- Instalação definitiva da ESTA no TAGUSVALLEY, com incentivos à captação de alunos;
- Reforço do Centro Hospitalar do Médio Tejo;
- Aumento da resposta de internamento na Rede de Cuidados Continuados;
- Aumento da resposta de lares e jardins de infância;
- Aumento dos incentivos à contratação, majoração positiva no acesso aos fundos do PRR e uma maior diferenciação positiva na carga fiscal para as empresas instaladas e que se venham a instalar em territórios do interior;

- Polo de Formação do IEFP como resposta efetiva à necessidade das empresas – Combate ao desemprego;
- Reconversão da Central Termoelétrica do Pego – Torrefação (indústria da floresta) + Hidrogénio;
- Apostar efetiva na floresta, não apenas com limpeza para prevenção, mas transformar a forma como vemos a floresta e efetuar a transformação para a indústria da floresta, como um verdadeiro polo de desenvolvimento sustentável;
- Conclusão do IC9, (IC9. A23-Ponte de Sôr e IC13. Ponte de Sôr-Alter do Chão-Portalegre, incluindo nova ponte sobre o Rio Tejo em Abrantes);
- Requalificação da Avenida António Farinha Pereira;
- Eficiência energética em edifícios da Administração Pública Central, a mesma deverá ser alargada a toda a Administração Pública;
- Apostar no transporte público sustentável em zonas de baixa densidade, como forma de reforço à resposta que as nossas populações necessitam;
- Apostar efetiva no Rio Tejo – Despoluição + Aproveitamento Económico e Turístico;
- Importância de apostar nos territórios de baixa densidade, com medidas efetivas e diferenciadoras, para travar o despovoamento destes territórios.

No que se refere aos contributos da CIMT:

- Despoluição dos rios afluentes da bacia do Rio Tejo, nomeadamente no Rio Alviela, Almonda e Nabão;
- Eficiência energética em edifícios da Administração Pública Central, a mesma deverá ser alargada a toda a Administração Pública;
- Promoção de respostas sociais – aumento da capacidade de resposta em creche;
- Promover investimentos não apenas na criação e/ou alargamento do ERPI, prementes para os nossos Territórios, mas também na promoção de ações de envelhecimento ativo e na consciência clara que a resposta social para uma parte da população passa pela criação de estruturas residenciais devidamente adaptadas para a prossecução da sua saúde mental;
- 13 municípios, demonstram total disponibilidade, caso a Administração Central assim o entenda, de se constituírem como plenos executores de investimentos públicos que são da sua responsabilidade, como seja na vertente florestal e na vertente escola digital;

- Consolidação da rede de suporte científico e tecnológico e orientação para o tecido produtivo, relevando-se a importância desta ação, no sentido de reforçar e capacitar o sistema existente na Região (IPT – Instituto Politécnico de Tomar e Tagusvalley) e promover a transferência de conhecimento e tecnologia para o tecido empresarial;
- Abertura da ponte de Constância / Praia do Ribatejo a pesados;
- Nó do IP1/A1 com IC9;
- Variante dos Riachos;
- Nova Travessia sobre o Rio Tejo (IC9. A23-Ponte de Sôr e IC13. Ponte de Sôr-Alter do Chão-Portalegre, incluindo nova Ponte sobre o Rio Tejo entre Constância e Abrantes);
- Requalificação da Estrada Nacional /Regional nº 238 - Troço Cernache do Bonjardim - Ferreira do Zêzere |Ligaçāo IC8 - A13 - IC9;
- Aeródromo de Tancos – valorização desta infraestrutura aeronáutica;
- Estação Central do Entroncamento – Requalificação para a Segurança e Funcionalidade Ferroviária;
- Variante à EN 118.

Tomado conhecimento.



O Presidente da Câmara deu conhecimento que no passado dia 5 de março, através de videochamada, estiveram na inauguração simbólica da nova loja online Clickparts.pt, da empresa abrantina Genérico Auto.

Felicitaram o promotor Pedro Bogalho por mais esta iniciativa que representa um investimento na ordem dos 50 mil euros, tendo criado mais dois postos de trabalho.

Referiu na altura e volta a afirmar, que estas iniciativas são sempre um estímulo à nossa economia local, este é um investimento importante e mais do que felicitar, quer dizer que a Câmara de Abrantes está aqui para apoiar as ações dos nossos empresários.

A Genérico Auto é uma empresa com 15 anos de existência na área da comercialização de peças e acessórios auto, com duas lojas: uma em Alferrarede e outra em Rossio ao Sul do Tejo e o promotor salientou que "fiz questão que a sede da loja online ficasse no Rossio".

Para fazer face às dificuldades provocadas pela pandemia, a empresa teve necessidade de reinventar o negócio e criou a loja online Clickparts.pt onde os utilizadores poderão pesquisar as melhores peças de acessórios pela matrícula do veículo.

A loja está disponível no endereço www.clickparts.pt.

Tomado conhecimento.

■■

O Presidente da Câmara deu igualmente conhecimento, que no passado dia 27 de fevereiro, abriu mais uma loja no Centro Histórico de Abrantes, a Opticalia Abrantes by Centro Ótico da Linha, sita na Rua do Montepio, na qual foram criados 2 postos de trabalho.

Obviamente que atendendo às questões da pandemia não foi possível estarem presentes fisicamente no espaço, mas a todo o tempo e logo que haja condições, há o compromisso de visitarem oficialmente este novo espaço comercial.

Felicitaram os promotores por esta iniciativa e desejaram os maiores sucessos.

Tomado conhecimento.

■■

Deu também conta que na passada semana, realizaram-se os trabalhos de toda a sinalização horizontal referentes à última fase da obra em curso na Avenida D. João I, em Abrantes.

Os trabalhos decorreram com normalidade, não havendo necessidade de se efetuar qualquer interrupção no trânsito, nem qualquer desvio do mesmo, tendo ocorrido apenas ocasionais congestionamentos nas zonas onde estavam, no momento, a decorrer os trabalhos.

Foi também já restabelecida a normal circulação para veículos pesados na Avenida D. João I, voltando a estar em vigor a proibição para estes veículos na Avenida das Forças Armadas, na Avenida 25 de Abril, na Avenida Dr. Santana Maia, na Avenida do Paiol, na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro e na Avenida 14 de Junho, com exceções para cargas e descargas.

Tomado conhecimento.

■■

Por último, referiu que, tendo como objetivo melhorar a segurança da circulação dos peões que todos os dias utilizam esta zona, estão a concluir a construção de um muro de suporte e a execução de passeio na Rua Doutor Correia Semedo, em Abrantes, sita nas traseiras do posto combustível da GALP.

A intervenção deverá estar concluída ainda este mês e tem o custo de 27.483,00 €.

Tomado conhecimento.

■■■

VEREADORA CELESTE SIMÃO

A Vereadora Celeste Simão, começou por agradecer ao Presidente da Câmara, os votos de felicitações pelo Dia Internacional da Mulher.

Tomado conhecimento.

■ ■

A Vereadora Celeste Simão deu conta do trabalho que está a ser realizado pela equipa multidisciplinar de apoio ao aluno e à comunidade, tendo em conta as duas escolas de acolhimento no concelho de Abrantes, designadamente a Escola Maria Lucília Moita e Escola António Torrado, cuja média de alunos tem sido sensivelmente a seguinte:

- Escola Maria Lucília Moita, cerca de 10 alunos, 5 do pré-escolar e 5 do 1º ciclo, pese embora com algumas oscilações;
- Escola António Torrado, cerca de 6 alunos do pré-escolar, 9 do 1º Ciclo, 1 do 2º Ciclo e 1 do 3º Ciclo.

Mais informou que, a equipa multidisciplinar em articulação com as professoras que estão a acompanhar estes alunos, também está a começar a desenvolver ações de promoção da cidadania, educação não formal, no fundo a desenvolver um trabalho com estes alunos que também é importante, porque são alunos que todos os dias vêm para a escola e que vale a pena fazer este trabalho.

Tomado conhecimento

■ ■ ■

VEREADORA PAULA GRIJÓ

A Vereadora Paula Grijó agradeceu ao Presidente da Câmara as felicitações pelo Dia Internacional da Mulher.

Referiu que o Dia da Mulher para si foi muito feliz, mas que infelizmente não para todas as mulheres, mas mesmo assim proferiu que "estamos na luta" e agradeceu ao Presidente da Câmara por também estar nessa luta.

Tomado conhecimento.

■ ■ ■

VEREADOR LUÍS DIAS

O Vereador Luís Dias deu conta que no passado dia 5 de março, o Município de Abrantes participou no I Encontro de Municípios Amigos da Juventude, através de videoconferência, organizado pela Federação Nacional de Associações Juvenis e que contou com a presença do Secretário de Estado da Juventude e Desporto, João Paulo Rebelo. O Município de Abrantes é membro fundador da Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude, da qual fazem parte mais de 100 municípios. Esta Rede pretende consolidar a ligação e cooperação entre o

movimento associativo juvenil e as autarquias, traduzindo-se numa plataforma nacional sobre os desafios futuros das Políticas de Juventude de Base Local.

Tomado conhecimento.

■■

O Vereador Luís Dias deu igualmente conta que no dia 5 de março, realizou-se uma reunião ordinária do Conselho Municipal de Juventude de Abrantes, também por videoconferência. Fazia parte da ordem de trabalhos, redefinir, em conjunto, os próximos passos do Projeto "Câmara dos Jovens", sendo unânime, entre os presentes que, face aos constrangimentos verificados, à dificuldade de, neste contexto, programar e garantir as condições para a realização, este ano letivo, da campanha, de eleições, assim como de concretizar as propostas apresentadas em fase de candidatura, a proposta mais viável será cancelar a 1ª edição, iniciada em setembro de 2019 e encetar nova edição em setembro 2021. Foi ainda sugerido repensar-se o modelo de votação, por forma a garantir a realização do projeto, mesmo que as restrições, na altura, sejam semelhantes às do contexto atual.

Tomado conhecimento.

■■■

VEREADOR ARMINDO SILVEIRA

O Vereador Armindo Silveira começou por falar do Dia Internacional da Mulher, referindo que é um dia importante, porque é mais um dia que se coloca na agenda política o problema das mulheres na sociedade, que infelizmente entram diariamente nas nossas casas através de diversas notícias trágicas, sendo apenas uma face visivelmente daquilo que é a desigualdade que ainda graca na nossa sociedade. Mas para si e para todos nós, o dia da mulher é todos os dias e por isso o seu reconhecimento também.

Fez menção às medidas de apoio referidas pelo Presidente da Câmara para os meses de abril e maio para comerciantes e empresas e deu conta de uma proposta de Bloco de Esquerda, para a criação de uma plataforma online de venda de produtos do comércio local, ideia que alguns municípios colocaram em prática.

■■

Pronunciou a seguinte intervenção sobre a Poluição no Rio Tejo:

"Lamentavelmente, as notícias sobre a poluição no rio Tejo e alguns afluentes sucedem-se. Por incrível que pareça, não se consegue encontrar um único responsável e a

promessa de acabar com a impunidade fica-se por entre sessões, conferências, declarações na televisão, na rádio e nos gabinetes. A falta de consciência ambiental é transversal a toda a sociedade, por isso, a exigência para quem tem a responsabilidade de gerir o território é demasiado frágil e nem o facto de os ativistas ambientais serem perseguidos com processos judiciais nos faz acordar desta apatia coletiva. Lamento, pois quem pagará a fatura mais pesada serão as gerações vindouros. Mas desistir não é opção."

@@

O Vereador Armindo Silveira aludiu que, a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural lançou a 27 de outubro de 2020, um concurso público com a finalidade de avaliar o potencial hídrico e hidroagrícola do Vale do Tejo e Oeste através do regadio, tendo como referência um projeto privado conhecido como Projeto Tejo.

Uma das vertentes do projeto é construir diversos açudes no Rio Tejo desde Vila Franca até à Barragem de Belver. No concelho de Abrantes está previsto a construção de pelo menos mais um.

Um dos mentores do projeto, o Eng. Jorge Froes, afirmou numa conferência online realizada a 31 de julho de 2020, que todos os municípios ribeirinhos apoiavam o projeto Tejo.

Neste sentido, perguntou ao Presidente da Câmara, se de facto a Câmara Municipal de Abrantes apoia este projeto.

@@

Em seguida, falou de novo sobre a poluição da suinicultura no Lugar do Marco, Abrantes, passando a citar o seguinte:

"Desde 2009 que as denúncias de descargas ou derrames de efluentes na linha de água e terrenos confinantes atribuídas à exploração suíncola no Lugar do Marco, concelho de Abrantes se sucedem, mas tenho a impressão que pelos sucessivos arquivamentos dos inquéritos, quem reportou os casos às autoridades competentes ainda vai ser responsabilizado. Não seria o primeiro caso. Alguns são de ativistas desta região e os processos estão a correr nos tribunais.

Como já referi algumas vezes, o BE e o seu vereador na Câmara de Abrantes não irão deixar cair este caso, por isso, já submetemos diversas perguntas ao Governo com o objetivo de perceber as diversas vertentes do problema. Também, na recente visita à Quinta da Amieira, transmitimos aos órgãos de Comunicação Social, que se a exploração não tem infraestruturas com capacidade de tratamento e armazenamento dos efluentes que produz, então, é urgente que reduza a sua produção que, salvo melhor opinião, se consegue com a urgente redução do número de animais na exploração. Reforço aqui esta proposta.

Mas tendo em conta que o Sr. Presidente da Câmara, na sessão de Assembleia Municipal de 26 de fevereiro último, informou que uma equipa do Município de Abrantes tinha visitado as instalações da suinicultura, solicito ao Sr. Presidente que partilhe aqui as

AD
cf

conclusões dessa visita para termos uma ideia mais concreta do que se passa no interior desta exploração.”



O Vereador Armindo Silveira, fez alusão a um assunto referente à falta de limpeza de um troço na Ribeira das Bicas, passando a descrever o seguinte:

“Desde 2016 que a família de um senhor que caiu num rombo aberto pela força das águas da Ribeira de Bicas vindo a falecer, têm enviado para diversas entidades com competências diretas e indiretas na gestão do território e das ribeiras em particular, informação a expor o estado lastimável em que se encontra um troço desta ribeira reportando também as consequências trágicas acima referidas.

A Sra. ex-presidente da Câmara, em resposta a umas das intervenções que fiz em reunião de Câmara, informou que iria enviar uma fiscalização ao local. Infelizmente nunca o fez e o Sr. Presidente da Câmara mantém essa postura pois nem o vereador do BE nem a família tem conhecimento que alguém dos serviços do município se tenham deslocado ao local.

Ora, é incompreensível que o executivo de maioria PS, não tenha enviado alguém ao local pois é uma situação que ocorre na área do Município de Abrantes até porque também tem a corresponsabilidade de fiscalizar o cumprimento ou não da limpeza das ribeiras. Por isso pergunto:

1-O Sr. Presidente vai tomar alguma diligência para se cumprir uma responsabilidade que também é do município?

2-Se não, em que fundamenta essa decisão?”



VEREADOR RUI SANTOS

O Vereador Rui Santos começou por falar do Dia Internacional da Mulher, deixando uma palavra de apreço a todas as mulheres portuguesas, em especial a todas as mulheres abrantinas e desejou que no futuro as mulheres possam continuar a participar ativamente na política, não pelas cotas, mas sim pelo seu desempenho, pelo seu interesse, que não é de maneira nenhuma, inferior ao dos homens.



Manifestou a sua satisfação pelo Município de Abrantes ter incluído algumas sugestões no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, o que o deixa duplamente satisfeito, porque as situações que preocupam os Abrantinos e também porque é aquilo que o PSD tem dito, o que o próprio tem manifestado nas reuniões de câmara e ao Presidente da Câmara e isso demonstra que o Partido Social Democrata é um partido credível e pode ser uma alternativa ao Partido Socialista na Câmara Municipal de Abrantes.

O Vereador Rui Santos, referiu que também foi com agrado que viu ser anunciadas novas medidas para os meses de abril e maio, pós o desconfinamento, uma vez que é um assunto que tem trazido em diversas reuniões de câmara e mais uma vez frisou que é assim que se está na política, independentemente das cores partidárias que representam, porque acima de tudo estão em primeiro lugar, os interesses dos municípios abrantinos.

■■

Questionou sobre o ponto da situação sobre as barreiras na Avenida Francisco Sá Carneiro, em Abrantes e perguntou para quando uma intervenção naquelas barreiras e qual o entrave para que essa intervenção não possa acontecer.

■■

Por fim, fez referência a um assunto que no seu entender, "só está na ordem do dia, quando aparece alguma espuma" e isso entristece-o, referindo que está a falar do Rio Tejo.

Disse que o Tejo "é de todos", não é de nenhum partido político, nem de nenhum movimento. Referiu que realmente é triste o que se tem visto nos últimos tempos acontecer. É uma falta de consciência e de ética de quem está por trás que provoca estas situações. Não acredita que seja de propósito, mas sim, por negligência, mas nem assim isso pode acontecer.

Considera que o Tejo é um assunto que tem de unir todas as forças políticas abrantinas, todos os movimentos e todos juntos devem continuar a fazer pressão para que junto das entidades responsáveis e uma vez por todas, possam ter uma intervenção mais ativa sobre o Rio Tejo.

Aludiu que não basta fazer posts, e em certas alturas fazer uma bandeira do Tejo. Não é disso que o Tejo precisa.

Voltou a frisar que "o Tejo não é de um é de todos" e na sequência do que referiu, propôs que com todo o executivo, incluindo os vereadores da oposição, possam brevemente ter uma reunião com todos os deputados do distrito de Santarém.

Bem sabe que o Presidente da Câmara tem desenvolvido diversas diligências junto dos Deputados do Partido Socialista, junto do Secretário de Estado do Ambiente e do Ministro do Ambiente, pelo que deixa esta proposta na expectativa de que a mesma seja aceite, referindo a total disponibilidade por parte do Partido Social Democrata para esse efeito.

Adiantou ainda que não se refere apenas aos Deputados do PSD, mas também aos do PS e da Deputada do BE.

■■■

O Presidente da Câmara em resposta às diversas questões colocadas pelos vereadores da oposição, começou por responder ao Vereador Rui Santos, e disse que a pandemia não serve de desculpa "nem para tudo nem para nada". A pandemia é um facto e trouxe um conjunto de restrições à comunidade e embora possam ser realizadas algumas reuniões como esta que hoje está a acontecer desta forma, mas não é fácil convocar e conseguir partilhar um conjunto de conversas da mesma maneira que se faz presencial.

Referiu que está previsto no plano de atividades do executivo, fazer uma reunião não só com os deputados eleitos pelo distrito de Santarém, mas também com outras entidades relevantes nesta matéria, nomeadamente, a Agência Portuguesa do Ambiente.

Reconhece que no Rio Tejo, por vezes não há espuma, mas a água apresenta uma coloração que não é aceitável e referiu que tem vindo a manifestar várias manifestações de desagrado a esse respeito.

Lembrou que o maior ativista do Tejo, Arlindo Marques, há uns meses atrás na presença do Ministro do Ambiente, afirmou publicamente, que o Tejo hoje está muito melhor do que há alguns anos atrás. O Tejo melhorou de forma significativa e esse é um dado concreto, no entanto ainda há muito trabalho a fazer e disse que a autarquia semanalmente, continua a monitorizar e analisar os resultados da água.

O que sabem, é que a Agência Portuguesa do Ambiente, tem variadíssimas estações de controle da qualidade da água a montante de Abrantes e tem pedido sistematicamente relatórios sobre esses resultados, mas acredita que a APA terá que ter uma fiscalização mais apertada e tem de rapidamente encontrar onde estão as fontes de poluição.

Disse que querem fazer mais e melhor e que a intenção lançada pela Câmara Municipal do Rio Tejo a Património da Humanidade, é óbvio que uma das questões que está subjacente é essa intenção maior, que tem a ver precisamente com o maior cuidado que devemos ter com o Rio Tejo.

Referiu que o Tejo não deveria ser uma plataforma de promoção política para ninguém, devia sim, ser cristalino, que "todos pudéssemos beber água de lá" e que os inspirasse do ponto de vista político, mas fazer política à custa de uma coisa não faz sentido. "Quem nos dera que o rio não se permitisse a grandes entusiasmos políticos, porque para a humanidade isso seria muito bom". Acredita que nos próximos tempos terá de haver reforço da vigilância e que a água do rio possa estar melhor. É evidente que se está a falar de um rio internacional e muitas coisas menos positivas acontecem muito a montante e até fora da nossa fronteira. Sabe que é difícil, mas é uma luta que todos têm que fazer e vão continuar a trabalhar.

Disse que mesmo nestes contributos no âmbito do PRR e da Comunidade Intermunicipal, há aspetos muito focados na despoluição do Rio Tejo e dos seus afluentes e por isso precisam dos contributos de todos.

Relativamente às barreiras da Avenida Sá Carneiro, explicou que no projeto da rotunda do hospital, todo o investimento não se refere apenas à rotunda, embora a mesma tenha abordagens técnicas complexas.

Mas o projeto, envolve, o parque de estacionamento, a iluminação pública, as zonas pedonais, assim como as barreiras da Avenida Sá Carneiro. No projeto de reabilitação de toda aquela rotunda, estão previstos muros de suporte, para não permitir que as pedras que ali se possam soltar, caiam na via pública.

No que se refere às medidas que estão a tomar, disse estar de acordo com o Vereador Rui Santos, uma vez que são medidas para proteger a comunidade dentro do que é possível e de forma sustentada. Referiu que as medidas que estão a preparar para reabrir em abril e maio, vão para lá do valor 50.000 euros, porque quando isentam medidas, terá que ser a autarquia a suportar esses encargos.



Quanto à limpeza da ribeira das Bicas, garantiu que a Câmara Municipal a certa altura se inteirou da situação, tentou entrar em contacto com a família, mas não foi conseguido, no entanto, irá tentar novamente fazer essa abordagem.

Lembrou que as ribeiras fora das zonas urbanas, são da responsabilidade do Ministério do Ambiente, mas os proprietários também têm responsabilidade sobre as suas propriedades e a proteção das mesmas. Terá de se analisar os factos e cada caso é um caso, terá de se compreender e verificar o que se tem de fazer ou solicitar à Agência Portuguesa do Ambiente para que a situação possa ser corrigida ou minimizada.

No que diz respeito às zonas urbanas, a autarquia todos os anos limpa várias linhas de água, um trabalho feito de forma continuada, no entanto num território como nosso, não se consegue ir a todo o lado e ao mesmo tempo.

No que diz respeito à suinicultura, disse que já entrou em contacto com a proprietária da quinta que se sente lesada pela atividade da suinicultura e aditou que enquanto Presidente da Câmara, nunca teve acesso a nenhuma denúncia ou situação menos correta. Já percebeu que existe uma história significativa antes da sua presença como Presidente da Câmara, mas não teve conhecimento de nenhuma situação anómala.

Referiu que já entrou em contacto com a APA e as forças de segurança, inclusivamente já tem o relatório do SPNA. Está à espera do relatório da APA que já esteve no local.

Disse também que não foi permitida a entrada dos técnicos da autarquia no local, pelo que não foi possível realizar o trabalho de fiscalização.

Aguarda pelo agendamento de uma reunião com a APA para definirem uma estratégia para os próximos tempos.

Aludiu que a Câmara Municipal não é contra qualquer atividade económica, mas as atividades económicas têm de ser feitas com regulação. Não podemos permitir que uma atividade económica possa prejudicar o ambiente ou outras pessoas. Não é correto nem é justo e não contam com ele para isso. Tudo fará o que estiver ao seu alcance, para que as correções devidas na referida suinicultura aconteçam.

Relativamente ao Projeto Tejo, referiu que não lhe foi apresentado nenhum projeto em concreto para o Rio Tejo e quando for convocado para uma abordagem dessas, o Vereador Armindo Silveira saberá.

O Vereador Armindo Silveira interveio de novo para referir que regista as informações prestadas pelo Presidente da Câmara e irá acompanhar atentamente os casos que estão a ocorrer no nosso território.

Sobre a questão do Rio Tejo e respondendo ao Vereador Rui Santos, disse "que já anda há muitos anos nestas lutas e que nunca lá viu nenhuma placa a dizer que o rio é propriedade do Bloco de Esquerda e que o PSD não podia lá entrar. Também não viu nenhuma placa a dizer que o senhor Vereador que vive a 500 metros do rio não podia ir lá abaixo. Também não viu nenhuma informação a dizer que o senhor Vereador não podia fazer denúncias aos SPNA, à PSP, à GNR". Em relação às redes sociais disse que também não viu nenhuma informação que impedisse o senhor Vereador de utilizar as redes sociais para expor alguns assuntos que tenham a ver com



AP7

h

o Município de Abrantes e outras situações que se prendem com o dia a dia da política, mas respeita a sua opinião.

Ainda sobre as redes sociais, fez questão de mencionar que é vereador, mas também é ativista e por essa razão continuará com a sua luta.

Disse que em relação à envolvência do PSD, disse que a nível dos Deputados do Distrito de Santarém, já acompanhou muitas reuniões e muitas intervenções no terreno com o Deputado Duarte Marques e do CDS com a Senhora Patrícia Fonseca, assim como com o Deputado do PS Hugo Costa e Deputados do Bloco de Esquerda Carlos Matias e que em relação à "politiquice" apontada pelo Vereador Rui Santos, disse que "o senhor está completamente desligado daquilo que é o problema do Rio Tejo", uma vez que nunca o viu em nenhuma reunião nem em nenhuma conferência sobre esse tema.

Fez também menção à observação do Presidente da Câmara relativamente às redes sociais e disse que usa as redes sociais de uma forma mais interessante ou menos interessante, mas que o Presidente da Câmara também contratou uma empresa, para de alguma forma tratar daquilo que é o marketing das redes sociais.

O Presidente da Câmara esclareceu que uma coisa é a rede social da Câmara Municipal e outra coisa é a rede social da pessoa Manuel Jorge Valamatos. São situações diferentes.

Justificou a existência de uma rede social institucional que tem de existir, ser robusta e qualificada e é isso que pretendem fazer sempre melhor.

Teceu diversos comentários a propósito deste assunto e disse que não é contra as redes sociais, mas acha lamentável que alguém com sentido de responsabilidade primeiro ponha as coisas nas redes sociais e só depois é que informa a Câmara Municipal e muitas vezes nem informa.

Todos os que estão no executivo ou fora dele, têm responsabilidades e quando alguma coisa não está bem, em vez de se fazer grandes publicidades, o mais acertado é informar quem de direito, para que possam desenvolver o trabalho necessário.

Relativamente à suinicultura, o Vereador João Gomes, informou que o serviço de fiscalização já visitou o local na última terça-feira e conseguiu verificar que há algumas desconformidades em relação ao processo que deu entrada com parecer favorável pela APA e pela DRAP – Direção-Regional da Agricultura e Pescas.

Acrescentou que os serviços da autarquia já estão a elaborar um relatório e neste momento tratam da informação técnica para notificar o proprietário das desconformidades do processo e que irão também informar a DRAP e a APA dessas desconformidades.

Aditou ainda que a obra ainda está a ser executada, na qual decorrem obras de melhoria da referida infraestrutura, uma vez que verificaram que as obras não estavam em conformidade com o processo que tinha sido licenciado.

O Vereador Rui Santos também usou da palavra para dizer que em relação às redes sociais não pode estar mais de acordo com o Presidente da Câmara e para ele considera que este "é um não assunto". "Precisamos de falar de tudo, menos destas questões".

Em resposta ao Vereador do Bloco de Esquerda, Armindo Silveira, disse que já está habituado a que o mesmo deturpe as suas intervenções. Acha que o Vereador não conseguiu perceber bem

aquilo que foi dito e aludiu que não necessita de andar a tirar fotografias e a ir para as redes sociais ou jornais, para mostrar que está preocupado com este ou aquele assunto, seja ele o Tejo, a educação, a segurança, seja ele qual for, nem o PSD precisa disso, porque o partido tem muita gente e não se resumo ao seu Vereador.

Referiu que o Vereador Armindo Silveira está muito bem informado quando diz que não o vê e disse que também participa em muitas ações de outros assuntos aos quais está mais ligado e também não o vê e não o critica por isso.

Considera ser importante não se andar a deturpar aquilo que cada um diz, porque nem sequer fez referência à sua pessoa.

Disse também que não precisa que o Presidente da Câmara diga constantemente aquilo que faz enquanto Presidente porque senão "até parece que somos ambos do mesmo partido, mas por acaso somos do mesmo partido chamado concelho de Abrantes". Politicamente não somos e até temos várias opiniões, umas divergentes, outras convergentes, o que é bom para a democracia. É bom que os munícipes também saibam que enquanto Vereador, quer o Presidente da Câmara, quer os Vereadores do Executivo e funcionários do Município, sabem e são testemunhas que ao longo destes três nos e meio de mandato, quantas vezes alertou para diversas situações e muitas delas complicadas, porque entende que esse é o seu dever de alertar quem de direito para as situações que se estão a passar, de modo a que as mesmas sejam resolvidas num curto espaço de tempo.

O Presidente da Câmara disse ao Vereador Rui Santos, que este tem sido um Vereador de excelência, porque tem sempre a preocupação de alertar a si ou a algum dos vereadores do executivo, para situações que não estejam bem. Não tem dúvidas nenhuma sobre essa sua prestação e sobre este seu cuidado, que permite que haja um equilíbrio muito interessante neste objetivo comum que é o melhor para o concelho de Abrantes. Considera que é por essa razão que o Vereador Rui Santos o tem defendido em diversos momentos, porque para além das questões político-partidárias, são pessoas e tomam decisões e o Vereador Rui Santos tem estado em conformidade com aquilo que tem sido a difícil tarefa de ser Presidente de Câmara.

Agradeceu toda a sua participação e referiu que se alguma vez disse alguma coisa fora deste contexto, pediu desculpa porque não era essa a sua intenção.

O Presidente da Câmara voltou a falar do assunto do Rio Tejo e insistiu que o maior ativista do Tejo, Arlindo Marques, há uns meses atrás disse ao Ministro do Ambiente que o Tejo está muito melhor e usou a expressão "isto quase já se pode beber água do Tejo". De facto, é importante terem esta referência, porque houve um trabalho extraordinário do Ministério do Ambiente no processo de despoluir o Rio Tejo que levou a avanços muito importantes. No entanto, todos reconhecem que pontualmente há coisas que não estão a correr bem e enquanto Presidente da Câmara o seu trabalho é feito junto das entidades competentes, que regulam este património tão importante para a humanidade.

O Vereador Armindo Silveira disse ainda, que reconhece o trabalho que tem sido feito em Portugal e referiu que a maior preocupação agora prende-se mais com a barragem de Cedilho e com a estremadura espanhola, mas que isso não o impede de continuar a denunciar.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – INTERVENÇÕES

(artigo 57º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do executivo da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



ORDEM DO DIA

Conforme consta de documento que se anexa à presente ata

(artigo 53º do Regime Jurídico da Autarquias Locais, anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

1. Gabinete de Apoio à Presidência

GAP - Nº 01 – Para conhecimento, o Presidente da Câmara, apresentou o ofício nº 07 da Assembleia Municipal, de 01 de março de 2021, que remete as seguintes deliberações aprovadas em minuta e os respetivos processos relativos à ordem de trabalhos da sessão ordinária daquele órgão que decorreu no passado dia 26 de fevereiro: - PG 705231

- Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos (Autorização de cabimentação de despesa para 2021) (*assunto retirado e já devolvido à Câmara para retificação da deliberação*);
- Revisão do "Regulamento de venda e instalação de lotes/parcelas no Parque industrial de Abrantes";
- Revisão do "Regulamento Municipal de Incentivos à Reabilitação Urbana";
- Programa +Comércio no Centro;
- Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia - Ano letivo 2020/2021 - Transportes escolares;
- Delimitação de Área de Reabilitação Urbana para o centro histórico da cidade de Abrantes;
- Delimitação da Área de Reabilitação Urbana [ARU] do Rossio ao Sul do Tejo e elaboração da correspondente Operação de Reabilitação Urbana [ORU];
- Delimitação da Área de Reabilitação Urbana [ARU] de Alferrarede e elaboração da correspondente Operação de Reabilitação Urbana [ORU];

Tomado conhecimento.

2. Divisão de Gestão das Pessoas

DGP - Nº 01 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação do Chefe da Divisão de Gestão das Pessoas, datada de 2 de março de 2021, que remete para aprovação, o Plano de Segurança e Saúde – fase e execução, da Empreitada da obra de "Repavimentação da Av. Dr. António Augusto da Silva Martins e da Av. Henrique Augusto da Silva Martins em Rossio ao Sul do Tejo – Abrantes", apresentado pela adjudicatária, Construções J.J.R. & Filhos, S.A." e devidamente validado pela Coordenadora de Segurança em Obra. – PG 686551

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o Plano de Segurança e Saúde – fase e execução, da Empreitada da obra de "Repavimentação da Av. Dr. António Augusto da Silva Martins e da Av. Henrique Augusto da Silva Martins em Rossio ao Sul do Tejo – Abrantes", de acordo com a referida informação do Chefe da Divisão de Gestão das Pessoas, datada de 2 de março de 2021.



3. Divisão Administrativa

DA - Nº 01 – Proposta de Deliberação da Vereadora Paula Grijó, no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão Administrativa, datada de 26 de fevereiro de 2021, a dar conta de ter havido um lapso por parte do Serviço de Atas, no envio da autorização da despesa para 2021 no âmbito do "Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos" à Assembleia Municipal, na medida em que na sessão de 11 de dezembro de 2020 (Ponto 6. - Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos para o ano de 2021 - CMA), foi delegada, no Presidente da Câmara Municipal, a assunção do compromisso plurianual, pelo que o processo foi devolvido pela Assembleia Municipal. Este envio à AM resultou da própria deliberação da CM de 26 de janeiro de 2021 que o previa, pelo que importa, neste momento, também retificar essa deliberação.

Assim, sugere o envio à reunião de câmara para que a deliberação DF nº 4 de 26 de janeiro de 2021 seja retificada no sentido de, **onde consta**: "aprovar a despesa para candidaturas em análise e outras que venham a surgir durante o ano 2021, no âmbito do "Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos". nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 7 de janeiro de 2021 e submeter à Assembleia Municipal para autorização." **Passe a constar**: "aprovar a despesa para candidaturas em análise e outras que venham a surgir durante o ano 2021, no âmbito do "Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos", nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 7 de janeiro de 2021.". – PG 665260

Deliberação: Por unanimidade, retificar a deliberação nº 4 da DF de 26 de janeiro de 2021, passando a constar da mesma "aprovar a despesa para candidaturas em análise e outras que venham a surgir durante o ano 2021, no âmbito do "Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos", nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 7 de janeiro de 2021."

4. Divisão Financeira

DF – Nº 01 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 26 de fevereiro de 2021, a dar conta que a Autoridade Tributária, através da DSIRC informou que, nos termos do disposto no nº 2 do artº 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (LFL), na redação atual, a Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal aprova regulamento contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios. Dispõe o nº 2 do artº 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual, que a Assembleia Municipal mediante proposta da Câmara Municipal, aprova regulamento contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetiva, relativamente a impostos e outros tributos próprios. Refere, ainda, o nº 3 do referido artº 16º da LFL, que os benefícios fiscais devem ter em vista a tutela de interesses públicos relevantes, com particular impacto na economia local ou regional, e a sua formulação deve ser genérica e obedecer ao princípio da igualdade, não podendo ser concedidos por mais de 5 anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal. Mais refere o ponto 23 do artº 18º da LFL, que as isenções ou taxas reduzidas de derrama atendem aos seguintes critérios: a) volume de negócios das empresas; b) setor de atividade em que as empresas beneficiárias operem no município; c) criação de emprego no município. Tendo em conta, que nos últimos anos a Assembleia Municipal, sobre proposta da Câmara Municipal, tem deliberado isentar do pagamento de derrama os sujeitos passivos com lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) com um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000,00€ e a querer manter-se esta isenção ou outras no âmbito de impostos municipais, torna-se necessária elaboração de regulamento.

Assim sendo, e em cumprimento do disposto no nº 1 do artº 98º do CPA, propõe que a Câmara Municipal delibere autorizar início de procedimento para elaboração de "Regulamento de Isenção de Derrama sobre o IRC". Mais se propõe, ao abrigo do direito de participação e da transparência, que a constituição de eventuais interessados e contributos sejam enviados para o endereço eletrónico geral@cm-abrantes.pt, no prazo de 10 dias a contar da data de publicitação do início do procedimento no sítio institucional do Município na internet. – PG 703956

Deliberação: Por unanimidade, autorizar o início de procedimento para elaboração de "Regulamento de Isenção de Derrama sobre o IRC", assim como, que ao abrigo do direito de participação e da transparência, que a constituição de eventuais interessados e contributos sejam enviados para o endereço eletrónico geral@cm-abrantes.pt, no prazo de 10 dias a contar da data de publicitação do início do procedimento no sítio institucional do Município na internet, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira.

◎◎

DF – Nº 02 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 23 de fevereiro de 2021, que no seguimento de um pedido da Divisão Administrativa, remete para autorização, a abertura de



conta bancária específica para realização dos CENSOS 2021, designadamente, para depósito da dotação atribuída pelo INE, I. P. e pagamento de todas as despesas relativas ao processo, a efetuar em nome do referido instituto, nos termos do nº 2 do artº 15º do Decreto-Lei nº 54/2019, de 18 de abril.

Mais informa que a mesma deverá ser encerrada após terem sido efetuados todos os movimentos inerentes aos CENSOS 2021. - PG 700109

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a abertura de conta bancária específica para realização dos CENSOS 2021, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira.

◎◎

DF- Nº 03 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 23 de fevereiro de 2021, no seguimento de um pedido dos Serviços Municipalizados de Abrantes, a solicitar a compensação do montante correspondente ao acerto final das isenções de consumos de água, tarifas, saneamento, resíduos sólidos, entre outros, que foram atribuídas a famílias e empresas do COVID19, durante os meses de abril, maio e junho de 2020, por forma a contribuir para colmatar perdas de rendimento provocadas pela situação de pandemia provocada pela COVID19. O montante apresentado ascende a 17.362,27€, o que a somar aos 416.763,16€, já transferidos perfaz o valor de 434.125,4€ (+9.125,43€, do que o aprovado pela CM em reunião de 27 de outubro de 2020). Mais informaram aqueles serviços, que já foi apurado o montante relativo às isenções aprovadas para o mês de dezembro de 2020, o qual ascende a 10.624,66€. Assim sendo, remete para aprovação, despesa no montante de 19.750,09€. - PG 633750

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a despesa no montante de 19.750,09€ (dezanove mil setecentos e cinquenta euros e nove centavos), nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira.

◎◎

DF- Nº 04 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 23 de fevereiro de 2021, no seguimento de um pedido do GAP – Gabinete de Apoio à Presidência, remete para autorização, despesa no montante de 5.149,17€, para apoio a prestar à Junta de Freguesia de São Facundo e Vale das Mós, com vista a responder aos prejuízos causados pela pandemia, na gestão da piscina de Vale das Mós, apoio esse que deve corresponder ao montante de 50% do prejuízo apresentado pela referida Junta. - 687347

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a despesa no montante de 5.149,17€ (cinco mil cento e quarenta e nove euros e dezasseis centavos), para apoio à Junta de Freguesia de São Facundo e Vale das Mós, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 23 de fevereiro de 2021.

Submeter à Assembleia Municipal para autorização, nos termos da al. k) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

■■

DF- Nº 05 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 3 de março de 2021, que remete para aprovação, alteração do Regulamento Interno dos Fundos Fixos de Caixa para 2021, para atribuição de fundo fixo de caixa a afetar à Carrinha do Cidadão e à Biblioteca Itinerante, que passaram a prestar serviços de atendimento móvel no âmbito do projeto Abrantes360, ficando os mesmos afetos aos trabalhadores Margarida Gomes e João Lopes, no montante de 25,00€ (vinte e cinco euros) a cada um.

Solicita também, o reforço do fundo da Chefe da Divisão Administrativa, Catarina Santos, em mais 100€ por se considerar que o montante inicialmente atribuído não é suficiente face às necessidades do serviço da Loja do Cidadão, totalizando assim o montante de 200,00€ (duzentos euros). – PG675857

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração do Regulamento Interno dos Fundos Fixos de Caixa para 2021, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 3 de março de 2021.

■■■

5. Divisão do Desenvolvimento Social

DDS- Nº 01 – Para conhecimento, a Vereadora Celeste Simão, apresentou informação do Serviço de Ação Social, no âmbito da monitorização do Plano Municipal para a Cidadania, Igualdade de Género e não Discriminação de Abrantes, relativo ao ano de 2020. – PG 705092

Tomado conhecimento.

■■

DDS- Nº 02 – Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, que remete para aprovação, proposta de prorrogação da suspensão do processo de reavaliação de rendas das habitações em regime de arrendamento apoiado, tendo em conta a época de pandemia que ainda vivemos. – PG 519629

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

DDS- Nº 03 – Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, a versão final, após consulta pública, do projeto de regulamento para a medida Cartão Sénior. – PG 421990

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o regulamento para a medida Cartão Sénior e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



6. Divisão de Obras Públicas

DOP - Nº 01 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 32 da Divisão de Obras Públicas, datada de 17 de fevereiro de 2021, acerca do pedido da sociedade comercial SISFOZ, Lda., adjudicatária da empreitada de "Instalação da Loja de Cidadão de Abrantes em Edifício Municipal", a solicitar a liberação faseada da caução, de acordo com a alínea a) do nº 5, do artigo 295.º do CCP aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação.

Constatou-se, naquela vistoria, que os trabalhos que constituem a obra em questão encontram-se em condições de aceitação, pelo que, poderá nos termos do citado diploma, proceder-se à liberação faseada da caução.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada ocorreu em 24 de janeiro de 2019, decorrido 2 anos completos, poderá ser liberado 30% dos trabalhos realizados, no montante de 17.350,29€, correspondendo 12.177,17€ aos valores retidos para o efeito e 5.173,12 € à garantia bancária nº 00125-02-2086500, do Banco Comercial Português, S.A.

Após essa redução, o valor do depósito ficará extinto e a garantia passará a ser de 23.133,71 €.
– PG 682017

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação de 30% dos trabalhos realizados, da empreitada de "Instalação da Loja de Cidadão de Abrantes em Edifício Municipal", nos termos da referida informação nº 32 da Divisão de Obras Públicas, datada de 17 de fevereiro de 2021.



7. Divisão do Urbanismo

DU – Nº 01 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 09/2021-CD, do Chefe da Divisão do Urbanismo, datada de 2 de março de 2021, acerca do pedido de libertação de duas garantias bancárias, requeridas pela Firma "Lena – Engenharia e Construções, SA. – PG

Deliberação: Por unanimidade, nos termos e com os fundamentos da referida informação do Chefe da Divisão do Urbanismo, a Câmara Municipal deliberou:

-
- a) Libertar a Garantia Bancária nº 980721032882, pelas razões atrás expostas, disso dando conhecimento à "Lena – Engenharia e Construções, SA", bem como ao "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, SA"; a esta instituição bancária e para os efeitos tidos por convenientes, deverá encaminhar-se ainda (por solicitação da própria) documento formal assinado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, nos termos da minuta que nos foi enviada, com selo dos serviços municipais.
 - b) Não libertar a Garantia Bancária nº 173/2000-P, pelas razões atrás expostas, disso dando conhecimento à firma "Lena – Engenharia e Construções, SA"; simultaneamente, à mesma firma deverá ser concedido um prazo máximo de 30 dias úteis para apresentar a esta autarquia uma forma de compensação efetiva que obtenha concordância pela mesma, sendo que o (eventual) incumprimento desta orientação implicará o inevitável acionamento de procedimento de contencioso.

À Divisão de Urbanismo para os devidos efeitos.



DU – Nº 02 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 07/2021-CD, do Chefe da Divisão do Urbanismo, datada de 25 de fevereiro de 2021, no seguimento do pedido de parecer solicitado pela CCDR.LVT, no âmbito de Avaliação de Impacte Ambiental, para Exploração avícola a instalar no lugar de Valeira Baixa da freguesia de Bemposta, Abrantes, requerido pela firma "TRIPERU - Sociedade de Produção e Comercialização de Aves, SA". – PG 667216

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do Vereador Armindo Silveira, nos termos e com os fundamentos da referida informação do Chefe da Divisão do Urbanismo, a Câmara Municipal deliberou:

- Reconhecer a atividade pecuária como compatível com as classes de Espaço agrícola (quando complementar à atividade agrícola) e de Espaço agroflorestal, salvaguardadas que sejam outras condicionantes ou restrições de utilidade pública.
- Esta pronúncia, com base nos princípios gerais do ordenamento do território, suporta-se no facto da atividade pecuária não estar prevista, de forma expressa, em nenhuma das classes de espaços consideradas no nº 1 do Artigo 6º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Abrantes, sendo essas duas classificações as mais apropriadas para a instalação desse tipo de atividade e não se mostrando esta adequada às classes de espaços urbano, natural, turístico e industrial.

Deverá dar-se conhecimento à CCDR-LVT, para inclusão no processo de Avaliação de Impacte Ambiental (EIA 1452/2020) e em adenda à notificação datada de 23.02.2021 recentemente expedida.

À Divisão de Urbanismo para os devidos efeitos.

O Vereador Armindo Silveira apresentou a seguinte declaração de voto:

"1-Existem alguns pontos que gostaria de ver esclarecidos. Em primeiro lugar, esta deliberação destina-se a enquadrar o projeto de instalação de uma pecuária, nomeadamente a criação de perus de forma intensiva pois o PDM de Abrantes não prevê este tipo de atividade. Não sei se os PDM's de outros Municípios preveem nem sei como é a nível da União Europeia. Não estaremos a dar uma permissão que mais tarde dará lugar a outra Regularização Extraordinária de Atividades Económicas?"

Sobre o teor da proposta de deliberação, pergunto qual a prática adotada por outros municípios em relação à instalação de esta atividade? Está prevista no seus PDM's?

2- Este projeto duplica o número de animais em relação ao projeto de 2009. Salvo erro, passamos de 30.000 para 61.500 o que num ano perfaz um efetivo de cerca de 130.000 mil animais. Para nós era importante que a informação sobre o destino dos efluentes tanto líquidos como sólidos fosse mais precisa.

É referido que os efluentes pecuários (líquidos) irão ser encaminhados para uma ETAR no Município de Abrantes, por isso pergunto, onde se situa e qual a capacidade da ETAR externa devidamente licenciada?

Já os efluentes sólidos (estrume) também não se sabe o destino, por isso pergunto, qual onde se localiza e qual o seu nome e capacidade de tratamento?

Também não se sabe o destino das cinzas nem o nome do operador.

Para o BE era fundamental que, nesta fase, estas questões estivessem esclarecidas pois temos conhecimento de alguns problemas provocados pela atividade pecuária, especialmente na zona de Leiria, mas também em outros distritos do país. Face ao exposto vamo-nos abster."

O Vereador João Gomes prestou esclarecimentos acerca do assunto, designadamente que este processo mereceu pareceres favoráveis de todas as entidades, no entanto, a entidade requerente tinha um período para proceder ao levantamento do alvará e iniciar as obras, mas esse período passou e a intervenção acabou por dar caducidade e o processo caiu literalmente. Entretanto, a entidade voltou a manifestar a sua intenção de criar a unidade de pecuária naquele local.

Aproveitou para esclarecer o Vereador Armindo Silveira que o PDM do Município diz exatamente que estes tipos de atividades podem ser compatíveis com zonas agrícolas e com zonas agroflorestais.

Disse também que no novo PDM que brevemente será colocado para consulta pública, estas unidades pré-existentes já estão todas referenciadas e devidamente adaptadas.

Quanto às questões mais específicas apresentadas pelo Vereador Armindo Silveira, o Vereador João Gomes referiu que há todo um processo que terá de ser feito pela Agência Portuguesa do Ambiente, pela DRAP, pelos Ministérios da Agricultura e do Ambiente, onde serão salvaguardadas todas as questões ambientais.

Referiu que todas as situações ambientais terão de ser acauteladas até o projeto ser aprovado.

O Presidente da Câmara solicitou ao Vereador Armindo para que colocasse por escrito as questões mais específicas que pretende ver esclarecidas, para que os serviços possam elaborar uma informação relativamente às mesmas.

■■■

DU – Nº 03 - Em anexo, relação de processos da Divisão do Urbanismo, despachados pelo Vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pelo Presidente da Câmara.

Tomado conhecimento.

■■■

8. Divisão do Desenvolvimento Económico

DDE- Nº 01 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação do Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, datada de 1 de março de 2021, referindo que, de acordo com o n.º 1 do artigo 16º do Regulamento do Parque Industrial de Abrantes, as empresas têm um prazo máximo de 12 meses para submeter o projeto das instalações a controlo urbanístico após a decisão de aceitação da candidatura. Tendo em conta a data de decisão de aceitação da candidatura da empresa ILMET, Lda., o prazo referido anteriormente terminou no dia 2 de março de 2021. Refere o mesmo regulamento, que devidamente justificado, esse prazo pode ser prorrogado.

Neste sentido, remete para aprovação, a prorrogação do prazo de submissão do projeto das instalações a controlo urbanístico, para 2 de março de 2022, de acordo com a justificação apresentada pela referida empresa, que se encontra anexa ao presente processo, onde refere dificuldades na execução do projeto devido à pandemia COVID-19 e reafirma a vontade de avançar com o projeto com a maior brevidade possível. – PG 683178

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a prorrogação do prazo de submissão do projeto das instalações a controlo urbanístico da empresa ILMET, Lda., para 2 de março de 2022, nos termos e com os fundamentos da referida informação do Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico, datada de 1 de março de 2021.

■■■

9. Serviços Municipalizados de Abrantes

SMA – Nº01 – Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação dos Serviços Municipalizados de Abrantes, datada de 3 de março de 2021, a dar conta que a empresa FCC Aqualia, SA detentora de uma participação no capital social da sociedade Abrantáqua – Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Abrantes, SA, titular da concessão do serviço de águas residuais do concelho de Abrantes, vem solicitar que a

Câmara Municipal de Abrantes a autorize a transmitir a sua participação social na sociedade concessionária, nos termos da cláusula 15ª do Contrato de Concessão (contrato n.º 65/2012 de 20/12).

Mais informa que foi consultada a ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e a consultora jurídica dos SMA cujos pareceres constam do presente processo.

Informa ainda que foram solicitados esclarecimentos adicionais à empresa, que se encontram anexos a este processo, bem como as respetivas respostas.

Pelo exposto, propõe que a Câmara Municipal delibere no sentido de autorizar a referida empresa a transmitir a sua participação social ao abrigo da cláusula 15ª do Contrato de Concessão. – PG 606317

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do Vereador Armindo Silveira, autorizar a empresa FCC Aqualia, a transmitir a sua participação social na sociedade concessionária, ao abrigo da cláusula 15ª do Contrato de Concessão, no âmbito do contrato n.º 65/2012 de 20/12, nos termos e com os fundamentos da referida informação dos Serviços Municipalizados de Abrantes, datada de 3 de março de 2021.

O Vereador Armindo Silveira apresentou a seguinte declaração de voto:

"A informação fornecida não esclarece qual o real motivo da empresa fechar e no mesmo instante criar outra para onde transfere a totalidade das ações. Numa pesquisa que fiz, esta empresa, a algum tempo, esteve envolvida num processo que permitiria concentrar mais empresas no setor do saneamento básico e abastecimento de água, mas esse negócio não foi fechado. Face ao exposto vamo-nos abster."

O Presidente da Câmara prestou esclarecimentos acerca do assunto e referiu que, se o Vereador Armindo Silveira pretende saber quais são os objetivos da empresa, que envie por escrito esse pedido de informação, que a mesma será remetida à referida empresa para os devidos esclarecimentos.

■■■

Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas onze horas e doze minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A ASSISTENTE TÉCNICA

Câmara Municipal de Abrantes
Reunião ordinária pública de 09 de março de 2021

Divulgação da ordem do dia

Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis, Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, torna público que, nos termos da alínea o) do nº 1 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, estabeleceu a seguinte ordem do dia para a reunião ordinária da Câmara Municipal de Abrantes, que se realizará no dia 09 de março de 2021, com início às 09:30 horas, em formato online.

- I. Período de intervenção aberto ao público**
- II. Intervenções dos membros do executivo antes da ordem do dia**
- III. Aprovação da ata da reunião anterior**
- IV. Ordem do dia**
 - Deliberações aprovadas em minuta e os respetivos processos relativos à ordem de trabalhos da sessão ordinária da Assembleia Municipal que decorreu no passado dia 26 de fevereiro – para conhecimento.
 - Plano de Segurança e Saúde – fase e execução, da Empreitada da obra de “Repavimentação da Av. Dr. António Augusto da Silva Martins e da Av. Henrique Augusto da Silva Martins em Rossio ao Sul do Tejo – Abrantes” – para aprovação.
 - Retificação da deliberação nº 4 da DF de 26 de janeiro de 2021, referente ao “Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos” – para retificação.
 - Início de procedimento para elaboração de “Regulamento de Isenção de Derrama sobre o IRC” – para aprovação.
 - Abertura de conta bancária específica para realização dos CENSOS 2021 – para autorização.
 - Compensação do montante correspondente ao acerto final das isenções de consumos de água, tarifas, saneamento, resíduos sólidos, entre outros, que foram atribuídas a

famílias e empresas do COVID19, durante os meses de abril, maio e junho de 2020 – para aprovação.

- Despesa para apoio a prestar à Junta de Freguesia de São Facundo e Vale das Mós, com vista a responder aos prejuízos causados pela pandemia, na gestão da piscina de Vale das Mós – para autorização e submeter à Assembleia Municipal.
- Alteração do Regulamento Interno dos Fundos Fixos de Caixa para 2021, para atribuição de fundo fixo de caixa a afetar à Carrinha do Cidadão e à Biblioteca Itinerante, que passaram a prestar serviços de atendimento móvel no âmbito do projeto Abrantes360 – para aprovação.
- Informação do Serviço de Ação Social, no âmbito da monitorização do Plano Municipal para a Cidadania, Igualdade de Género e não Discriminação de Abrantes, relativo ao ano de 2020 – para conhecimento.
- Proposta de prorrogação da suspensão do processo de reavaliação de rendas das habitações em regime de arrendamento apoiado, tendo em conta a época de pandemia em que vivemos. – para aprovação.
- Versão final, após consulta pública, do projeto de regulamento para a medida Cartão Séniior – para aprovação e submeter à Assembleia Municipal.
- Liberação de 30% dos trabalhos realizados, da empreitada de “Instalação da Loja de Cidadão de Abrantes em Edifício Municipal” – para aprovação.
- Pedido de libertação de duas garantias bancárias, requeridas pela Firma “Lena – Engenharia e Construções, SA. – para aprovação.
- Avaliação de Impacte Ambiental, para Exploração avícola a instalar no lugar de Valeira Baixa da freguesia de Bemposta, Abrantes, requerido pela firma “TRIPERU - Sociedade de Produção e Comercialização de Aves, SA” – para aprovação.
- Relação de processos da Divisão do Urbanismo, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pelo Presidente da Câmara – para conhecimento.
- Prorrogação do prazo de submissão do projeto das instalações a controlo urbanístico da empresa ILMET, Lda. – para aprovação.

- Pedido da empresa FCC Aqualia, a solicitar autorização para transmitir a sua participação social na sociedade concessionária, ao abrigo da cláusula 15^a do Contrato de Concessão, no âmbito do contrato n.º 65/2012 de 20/12 – para aprovação.

Abrantes, 04 de março de 2021

Manuel Jorge Valamatos
Presidente da Câmara

52

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 09.03.2021

Processo		Requerente		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF	Nome		Tipo	Data	Teor
PGA 593186	15-07-2020	514641193	Flamingoversátil Lda	Reabilitação e alteração de habitação multifamiliar, demolição de anexo e construção de anexos e pérgolas / Avenida 25 de Abril, n.º 9 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	15-02-2021	Aprovado projeto de arquitetura, devendo ser entregues os projetos complementares de especialidades, no prazo legalmente previsto para o efeito
PGA 571309	01-06-2020	216303036	Dino Manuel Rodrigues Canha	Legalização e alteração de edificações existentes / Rua da Fonte Nova - Barrada - União das freguesias de São Facundo e Vale das Mós	Despacho	15-02-2021	Aprovado projeto de arquitetura, devendo ser entregues os projetos complementares de especialidades, no prazo legalmente previsto para o efeito
PGA 519785	08-01-2020	124333427	Adelino Manuel Alves Esteves	Ampliação e alterações em moradia unifamiliar e alteração de muro / Rua do Carril - Mouriscas	Despacho	18-02-2021	Aprovado projeto de arquitetura, devendo ser entregues os projetos complementares de especialidades, no prazo legalmente previsto para o efeito